

## 2

### O ISEB no contexto da sociedade brasileira (anos 50 e 60)

O ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que em 1955 se institucionalizou na sociedade brasileira como órgão oficial do Ministério de Educação, se constituiu a partir de um grupo de intelectuais. Num contexto marcado por crises e transformações na sociedade brasileira, esses intelectuais concebem e implementam um projeto de cunho ideológico, cujo objetivo é desenvolver, através do uso das ciências sociais, um entendimento próprio e autônomo dos problemas em curso e uma apresentação de possibilidades de solução.

Tendo em vista as diferentes possibilidades de investigação que uma instituição como o ISEB nos coloca<sup>6</sup>, faz-se necessário o esclarecimento quanto à abordagem a ser adotada, assim como a maneira pela qual esse estudo irá se materializar. Partindo do objetivo inicial da investigação – identificar, analisar e compreender a presença de uma preocupação educativa e pedagógica existente nesse grupo de intelectuais – esta tese propõe um estudo inserido no campo de conhecimento da Educação articulado às Ciências da História, tendo por resultado uma reflexão no âmbito da História da Educação no Brasil.

#### 2.1

#### Implicações e aportes metodológicos

Caracterizado por uma abordagem histórica do ISEB, o presente capítulo irá trabalhar o encaminhamento metodológico da investigação proposta se apoiando, fundamentalmente, em duas dimensões complementares: a primeira, de cunho empírico, refere-se ao conjunto de informações e dados acumulados, direta e/ou indiretamente, relacionados com o ISEB, a segunda dimensão refere-se ao investimento de cunho teórico e metodológico feito no sentido de instrumentalizar as análises sobre a dimensão empírica e possibilitar uma efetiva construção de novos

---

<sup>6</sup> É curioso o fato de que, dentre os estudos elaborados sobre o ISEB, encontramos abordagens que ao explorar determinadas dimensões da instituição o fazem a partir de campos de análise específicos; exemplo disso é Toledo que elabora uma análise de cunho filosófico (Toledo, 1974) e Abreu que desenvolve uma abordagem apoiada no instrumental analítico da ciência política (Abreu, 1975).

conhecimentos sobre o tema. Assumindo que “...a teoria é um momento necessário da práxis” (Konder, 1992; p. 116) e que uma intervenção transformadora precisa da teoria para se potencializar, defendo a efetiva existência de uma relação direta que se dá entre o quadro teórico e as possibilidades de formulação e construção do conhecimento. A meu ver, as possibilidades de entendimento que construímos têm uma relação direta com as nossas escolhas teórico-metodológicas e conseqüentemente com a maneira como “olhamos” a realidade empírica da pesquisa. Mais que um aspecto formal, explicitar essa construção se constitui um posicionamento intelectual, e portanto científico, a ser colocado em prática.

Dentre as opções metodológicas existentes, o método que utilizei nas análises investigativas foi o materialismo histórico e dialético, instrumental que me possibilitou ampliar o entendimento das configurações histórico-sociais geradas nas relações humanas. Destaca-se nessa opção o fato de que a construção do conhecimento através do materialismo histórico e dialético pressupõe perceber e identificar configurações que são sociais, porque são históricas, e que são dialéticas, porque são contraditórias. Dito de outro modo, são sociais, históricas e contraditórias, fundamentalmente, porque se apóiam numa ontologia do ser social. Nesse sentido, o desafio que me coloco é o de resgatar, através de um determinado entendimento histórico da realidade social o sentido mais concreto das relações sociais, suas produções, suas conexões e expressões.

Ainda sobre o materialismo histórico e dialético, faz-se necessário apontar de que maneira tenho trabalhado com alguns de seus princípios norteadores: a totalidade, a determinação econômica em última instância, a luta de classes, assim como a dialética, abordagem que singulariza as possibilidades construtivas do materialismo histórico e dialético. A totalidade nos remete à questão de que o todo e a parte se articulam e, portanto, estabelecem uma significativa relação mútua; exemplo disso é que o entendimento do ISEB deve pressupor uma análise ampla do contexto do país naquele momento; e que, ao mesmo tempo em que o ISEB expressa a realidade social na qual se encontra, ele interfere e influencia essa mesma realidade. Dialeticamente, essa maneira de perceber a realidade implica na apreensão da instituição a ser estudada no interior do todo social, “no interior da unidade do processo histórico”, onde os “fatos”, abstratos e isolados, devem ser dissolvidos e concebidos como momentos deste processo unitário” (Löwy, 1998).

Observando o ISEB, entendo que o grupo de intelectuais que o constituiu, a despeito de se legitimar como um grupo, expressa uma totalidade não homogênea, constituída pelo somatório de individualidades que, tanto influencia o grupo, quanto por ele é influenciado. Sobre o papel da totalidade, em seu estudo sobre a evolução política de Lukács, Löwy afirma:

Por este método [materialismo histórico e dialético], a relação com a totalidade histórica, sócio-econômica e político-social não é um complemento exterior, um anexo, um apêndice da análise interna dos sistemas ideológicos e produtos culturais. Esta relação *ilumina interiormente* a estrutura significativa da obra política, filosófica ou literária, e permite compreender sua gênese (...). Ela é então um elemento essencial para a interpretação do próprio sentido das obras e seu conteúdo. (Löwy, 1998; p. 19-20; grifos meus)

O estudo pretendido sobre o ISEB também se apóia na tese da determinação econômica; uma tese que, por apresentar entendimentos múltiplos e duvidosos, exige explicitar o sentido que coloco em prática. Entendo que não há uma dimensão econômica separada do todo social (Marx, Lenin, Gramsci, Lukács), ou seja, entendo que as relações humanas (relações dos homens entre si e com a natureza) se organizam a partir dos modos através dos quais os homens produzem suas vidas, suas sociedades etc. E, esses modos de produção resultam da tensão gerada por duas outras dinâmicas sociais, em constante interação, que são as forças produtivas (ou capacidade social do fazer) e as relações sociais de produção (relações sociais que os homens estabelecem entre si para efetivar o processo produtivo que se faz necessário à vida). Produção e socialização são determinações que acontecem numa interação dinâmica, são partes de um todo e não se separam, no sentido de que uma totalidade é a síntese de múltiplas determinações; não existe dimensão produtiva sem socialização, assim como as relações sociais só se concretizam numa determinada lógica de produção.

Trata-se, portanto, de uma tese que não ignora o fato de que, numa determinada situação ou período histórico, o papel principal é desempenhado pelos fatores políticos ou ideológicos; até porque, mais uma vez, são as relações de produção que podem explicar o papel desses fatores e sua eventual predominância (Löwy, 1998). Enfim, o que define o homem (e tudo o que ele significa) é fundamentalmente o homem social, o ser social. E, em se tratando da análise de uma

sociedade, o campo em que melhor podemos observar o papel que a lógica econômica exerce sobre os fenômenos ideológicos é o campo da luta de classes, expressa de maneira tão representativa na materialidade do ISEB. No fundo, a determinação do econômico nada mais é do que a determinação da luta de classes (um campo eminentemente político).

Mas, faz-se necessário explicitar a maneira pela qual se deu o uso e a aplicação desse instrumental teórico no meu universo empírico. Tendo por objetivo trabalhar com um determinado entendimento das preocupações educacionais presentes no ideário isebiano e me deparando com reduzida existência de fontes primárias que descrevessem o dia-a-dia das práticas educacionais e pedagógicas da instituição<sup>7</sup>, a definição do meu universo empírico se ampliou, indo além do conjunto da produção intelectual desenvolvida pelos isebianos. Essa estratégica ampliação do universo empírico me levou a buscar autores que tivessem desenvolvido uma análise sobre o ISEB que, de alguma maneira, tangenciasse os aspectos educativos do instituto – através dessa busca acabei chegando à obra de Vanilda Paiva, “Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista”. E, finalmente, complementando esse universo empírico, surgiu um documento, recentemente identificado, que descreve com precisão as atividades desenvolvidas pelo Instituto, no período de 1956 a 1960. Estava assim definida a realidade concreta sobre a qual a pesquisa se apoiaria.

Ao assumir o desafio de identificar, significar e analisar o conjunto dessa realidade, e, ao buscar os princípios educativos existentes no projeto de desenvolvimento do ISEB, os critérios de análise começaram a se fazer necessários; através da metodologia marxista de Lucien Goldman e Michael Löwy as análises sobre o universo empírico começam a se materializar<sup>8</sup>. Os conceitos de “visão de

---

<sup>7</sup> Vale lembrar que nos primeiros dias de abril de 1964, o ISEB foi invadido e depredado por grupos que se diziam revolucionários. Segundo Toledo, as sedes da UNE e do ISEB depois de destruídas, tiveram seus documentos, arquivos e publicações apreendidos pelas “forças de segurança” ou consumidos pelo fogo (Toledo, 1997).

<sup>8</sup> A despeito de ter feito um programa de bolsa sanduiche em Paris sob a orientação do Professor Michael Löwy e por seu intermédio ter tido acesso à obra de Lucien Goldman (orientador de Löwy em seu doutorado), a responsável pelo aprofundamento que desenvolvi a partir do referencial teórico propiciado por esses autores, foi a Professora Sonia Regina Mendonça (História/UFF), que me disponibilizou a tese de doutorado de um ex-orientando seu, João Alberto da Costa Pinto – um trabalho histórico intitulado “Os impasses da “intelligentsia” diante da revolução capitalista no Brasil (1930-1964): historiografia e política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré”. Além de ter me motivado a fazer esse aprofundamento teórico, foi através da referida tese que tive acesso ao “Relatório do ISEB” existente na Biblioteca Nacional, RJ. À Sonia Regina e ao João, o meu muito obrigado.

mundo” e “estruturas significativas” se mostraram instrumentos eficazes, inspirando e direcionando o trabalho analítico.

Segundo Goldman, na medida em que o pensamento dos indivíduos – com pequenas exceções – é raramente coerente e unitário, a “visão de mundo” se diferencia ao se constituir num “ponto de vista coerente e unitário sobre o conjunto da realidade (...); é o sistema de pensamento que, em certas condições, se impõe a um grupo de homens que se encontram em situações econômicas e sociais análogas, isto é, a certas classes sociais” (Goldman apud Pinto, 2005; p. 15). Löwy complementa que:

é a partir da classe social, da consciência possível de classe, que vai se desenvolver a visão de mundo de uma classe, e essa visão de mundo vai se manifestar em seu comportamento social. Isto é importante porque a visão de mundo não é só um fenômeno espiritual, é algo que se manifesta tanto na prática, no comportamento econômico, social, político, real da classe, quanto ao nível conceitual, através de obras culturais, literárias, artísticas e outras.” (Löwy apud Pinto, 2005; p. 15)<sup>9</sup>.

Dessa maneira, pude constatar que o pensamento dos intelectuais isebianos, expresso tanto no conjunto de suas produções intelectuais quanto nas suas estratégias práticas, se constitui uma determinada visão de mundo, uma determinada visão de classe, sendo considerado, portanto, a despeito da heterogeneidade do grupo, um conjunto coerente e unitário de uma reflexão feita sobre a problemática realidade brasileira<sup>10</sup>.

Paralelamente, o conceito de “estruturas significativas” me ajudou a compreender os textos trabalhados como realidades objetivadas; ou seja, não só interpretar os conteúdos dos textos enquanto expressão da realidade possível, mas tentar compreendê-los [os textos] como objeto, analisando seu papel, sua natureza, a razão de sua existência no conjunto de uma dada totalidade. Segundo Goldman, todos os fatos são estruturas funcionais, e portanto são “estruturas significativas” e o estudo científico dessas estruturas se apóia:

1) numa análise interna de natureza compreensiva, cuja função é identificar o significado dos elementos envolvidos; e

<sup>9</sup> A referência da obra citada é: Löwy, Michael, “Goldman e o estruturalismo genético” in: *Revista Serviço Social e Sociedade*. SP: Cortez Editora: agosto de 1986.

<sup>10</sup> Além de as evidências dessa “reflexão coerente e unitária” do grupo isebiano estarem presentes ao longo do trabalho, o capítulo 5 apresenta um aprofundamento da questão.

2) numa análise externa, de natureza explicativa, cuja função é identificar essa estrutura inserida numa estrutura englobante (Goldman, 1984). Löwy, discípulo de Goldman, aborda o conceito de “estruturas significativas” da seguinte maneira:

A estrutura social condiciona a estrutura significativa da obra; mas, para aprender a evolução da obra, seu nascimento, seu desenvolvimento, suas mudanças e orientações, há de se considerar os acontecimentos históricos da sociedade global, do grupo ao qual o pensador pertence, ou da classe com a qual se identifica. A conjuntura histórico-social, e não somente a estrutura abstrata, é o quadro do pensamento: para compreender a trajetória política de Marx, não basta relacioná-la com o proletariado enquanto posição no processo de produção, mas também é preciso aproximá-la do desenvolvimento concreto do movimento operário – greves, sublevações, evolução dos sindicatos, dos partidos, etc. (Löwy apud Costa Pinto, 2005).

Mas, a inspiração e a prática resultante da leitura de Goldman vai além desses conceitos e se apóiam em três regras principais, que procurei assimilar e desenvolver: 1) a sustentação de que o pensamento participa, ou mais exatamente, faz parte do real;

2) a defesa de que a análise teórica deve, para se articular na essência do real, romper com o fetichismo dominante das relações sociais;

3) e, a noção de que o conteúdo de verdade da análise equivale à relação que esta terá sabido estabelecer com a totalidade (Samir Naïr, 1984)<sup>11</sup>.

## 2.2

### Breve contexto da realidade brasileira nos anos 50 e 60

Nos anos 50, período que se segue à 2ª Grande Guerra Mundial, vivia-se no Brasil uma realidade marcada pelas transformações econômicas, sociais e políticas, resultantes da implantação do capitalismo industrial; existia uma forte valorização das de idéias relacionadas com o progresso do país e com o desenvolvimento nacional. A assimilação da industrialização, do desenvolvimento urbano e do liberalismo econômico provocava mais do que um mero “dualismo” na sociedade brasileira; a articulação de uma sociedade nova ou moderna à uma sociedade arcaica ou atrasada não significava a presença de duas sociedades, mas, sim, a

<sup>11</sup> O comentário de Naïr se encontra no prefácio que esse autor faz do livro de Lucien Goldman, *Epistemologia e Filosofia da Ciência*.

complexidade de se conviver com dois extremos de uma realidade econômica-social e política-cultural (Lambert, 1959; Moreira, 1960; Teixeira, 1961).

Palco de dois governos distintos – o segundo governo de Getúlio Vargas (1951/1954) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956/1960), a dinâmica dos anos 50 nos remete ao longo processo de transição que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. De 1933 a 1955, presenciamos uma acumulação de capital pautada numa efetiva expansão industrial, ainda que num contexto econômico restritivo, devido às pressões das políticas da economia agro-exportadora; já, de 1956 a 1961, constata-se o desenvolvimento de uma industrialização pesada, com crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) se caracterizou pela concepção de um programa de industrialização voltado para a criação e o fomento de um capitalismo de cunho nacionalista, autônomo e sob controle nacional. Nesse contexto, cabia ao Estado papel estratégico, fundamental e ativo, apoiado numa função mediadora de caráter interno, entre as classes sociais, e externo, do país com os centros decisórios do capitalismo mundial.

Objetivando a concretização de uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico e diante das necessidades de aparelhamento do Estado, são criados, em 1951, diversos órgãos setoriais de atuação nacional: a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes, a Comissão Nacional de Bem-Estar. Nesse mesmo período, somam-se a essas Comissões, outras de atuação específica, além de outros órgãos e agências, totalizando a criação de 22 instituições estatais, incluindo a criação da CAPES, da Petrobrás, do CNPq e do BNDE, entre outras.

É de fácil constatação que o país vivia um singular processo de reestruturação da máquina estatal, no qual se destacava o recrutamento de intelectuais que defendiam a valorização prática do conhecimento e de uma maior racionalização das ações governamentais e políticas, tendo em vista o efetivo desenvolvimento nacional. Nas palavras de Miceli:

...os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade. Durante o perí-

do “populista” (1945-64), verifica-se uma ampliação das carreiras reservadas aos intelectuais ao mesmo tempo que se intensifica o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração etc.)... (Miceli, 2001; p. 197)

Por influência da CEPAL<sup>12</sup>, o momento é marcado pelo uso de técnicas de planejamento para a implementação do desenvolvimento econômico do país; trata-se da ideologia do planejamento econômico (e social) que passa a ganhar foros de cidadania no interior do pensamento social latino-americano (Toledo, 1986). Hélio Jaguaribe, liderança do ISEB, 20 anos depois daquela década, assim descreve aquele momento:

Década extraordinária da decolagem para o desenvolvimento, da tomada de consciência de nossa problemática econômico-social, da mobilização das massas, da democracia populista. Década da grande fase madura de Getúlio Vargas e da incontível criatividade de Juscelino Kubitschek. É também década da inocência e das ilusões sobre as terríveis dificuldades sócio-políticas do desenvolvimento. (Jaguaribe apud Toledo, 1986)

Marcando a segunda etapa do processo de industrialização, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60) expressa o alcance de um novo estágio, articulando a integração da economia e do capital nacional ao esquema de divisão internacional do trabalho do pós-guerra. Mais uma vez, o Estado teve atuação direta, viabilizando a construção do setor de bens de produção e dando o suporte necessário de infra-estrutura em capital social básico (Draibe, 1982).

Dentre os aspectos que caracterizam a essência da administração JK, destaca-se primeiramente o tripé estratégico centrado no Estado, articulado ao capital estrangeiro e ao empresariado nacional, todos voltados para a criação de uma estrutura industrial mais avançada e integrada à nova divisão internacional do trabalho. Encaminhada pelo núcleo político do governo, a estratégia que tinha no “desenvolvimentismo” sua expressão ideológica e política, atuava de forma a minimizar as possíveis resistências através da negociação de interesses. O segundo aspecto expressa a operacionalização de uma estrutura de poder informal, paralela, eficiente e vinculada diretamente à Presidência. Ao anular os tradicionais proces-

---

<sup>12</sup> CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

sos de tramitação legislativa, caracterizados por intermináveis negociações, essa “administração paralela” concretizava de maneira efetiva as decisões políticas.

Finalizando, o governo JK sinalizava uma opção de política estatal centrada em soluções de conveniência, sem restrições quanto a encaminhamentos marginais. O objetivo maior da ação governamental era conseguir encaminhar o gradual avanço e desenvolvimento do investimento público, sem que se necessitasse recorrer a uma reforma administrativa, fiscal e financeira de profundidade no país, dimensões as quais marcaram os futuros impasses que culminaram na crise de 64. Sobre a ação governamental adotada por JK em relação às políticas sociais, tais como saúde e educação, provavelmente por não estarem sofrendo uma exigência em “consistência e eficiência”, permaneceram, com algumas exceções, sendo gestadas e implementadas no âmbito da administração ortodoxa ou “indireta”.

Assim sendo, o estado brasileiro dos anos 50, a despeito de expressar uma dimensão modernizante com ênfase nos valores liberais e democráticos, acabava apresentando complexas contradições intermediadas por fortes ideologias de estado (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo etc.). Tendo papéis de destaque, essas ideologias de estado tinham a função estratégica de neutralizar as tensões latentes, constituindo-se em instrumentos de legitimação do amplo “projeto da nação”.

Nesse ambiente marcado por contradições históricas e crises intensas, resultantes do rápido crescimento industrial e urbano do país, surge o ISEB, um grupo de intelectuais vinculados ao poder estatal, que se destaca na cena institucional ao assumir parte significativa da condução ideológica do projeto de desenvolvimento nacional pretendido. Partimos da idéia de que a compreensão dessa condução ideológica assim como de suas estratégias e instâncias de influência, são determinadas, em última instância, numa dada estrutura econômica; mas também defendemos que a produção ideológica, mesmo sendo economicamente determinada, possui uma interferência autônoma e própria a ser trabalhada. Nesse sentido, nosso desafio inicial será identificar as condições de surgimento do ISEB e seus principais determinantes históricos.

Em se tratando de uma sociedade em desenvolvimento direcionada pela expansão do sistema econômico, quais seriam as condições de sua existência, o papel e o sentido da sua produção ideológica e as suas estratégias de ação? Partindo da idéia de que o desenvolvimento capitalista se faz por meio da produção e-

conômica e da produção ideológica (Cardoso, 1975), o desenvolvimento capitalista brasileiro pressupõe uma produção ideológica articulada à uma produção econômica; mas, na medida em que a produção econômica atinge novas formas de desenvolvimento, têm-se novos tipos de organização ideológica implantadas (Ortiz, 1994). Se os anos 50 se caracterizaram pela implantação do capitalismo industrial, esse modelo econômico se encontra fortemente articulado ao ideário “nacional-desenvolvimentista”, através do qual projeto e práticas capitalistas se legitimavam. Florestan Fernandes, assim descreve os mecanismos de viés ideológico subjacente ao “desenvolvimentismo”:

...atrás do “desenvolvimento com estabilidade” e da “revolução pelo desenvolvimento”, se encontrava um formidável fortalecimento da reação e a germinação de uma contra-revolução prolongada, com o seu estilo específico de tirania burguesa. (Fernandes in Cardoso, 1975; p. 13)

Mas, em se tratando de uma produção ideológica, o “nacional-desenvolvimentismo” se dava através de uma capilaridade que permeava a realidade social através de diferentes maneiras: nos discursos presidenciais<sup>13</sup>, nas publicidades governamentais, nos projetos institucionais, em produções intelectuais etc. Tratava-se de um conjunto de estratégias voltadas à construção de uma visão de mundo, um conjunto de mecanismos que atuavam na formação e condução ideológica do conjunto da sociedade brasileira.

Nesse contexto, uma determinada instituição – o ISEB – torna-se uma singular referência dessa produção ideológica.

---

<sup>13</sup> Um estudo de referência sobre a presença da ideologia nos discursos de JK e JQ é desenvolvido por Miriam Limoeiro Cardoso, em seu livro *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*.

### 2.3 O ISEB e suas condições de existência

Criado em 1955, no governo provisório de Café Filho, o ISEB é violentamente extinto em abril de 1964 pelo golpe militar. Falar sobre o ISEB significa falar sobre um determinado grupo de intelectuais<sup>14</sup> vinculado ao campo das ciências sociais ou humanas, que decide estudar possíveis soluções, e intervir na então problemática realidade nacional.

O ISEB se constituiu numa instituição formalmente vinculada ao MEC – Ministério da Educação e Cultura, sendo Ministro na época de sua criação, Cândido Mota Filho, ocupando o cargo no período de setembro de 1954 a novembro de 1955. Concebido e instaurado num momento de tensão política, as origens do ISEB são marcadas por embates e discussões em relação ao “como” deveria se dar a transformação e a reestruturação do estado brasileiro. A polarização que se estabelece entre grupos políticos, na época, expressa a significativa polêmica que envolvia as diferentes maneiras pelas quais os capitais estrangeiros deveriam afluir ao país, e é um claro exemplo dos embates que marcaram os anos 50/60.

No âmbito tanto da sociedade política (Estado) quanto da sociedade civil (sociedade organizada), vivia-se um momento marcado pelo gradual surgimento de focos de discussão teórica e encaminhamentos práticos diversos quanto aos problemas nacionais. Nessa conjuntura, atores sociais, oriundos de diferentes instâncias (Universidades, Estado, Igreja, Exército etc.), começam a organizar seus próprios fóruns de discussão. Desse universo, surgem diferentes “projetos” que, para se legitimarem, passam a disputar espaço político na sociedade brasileira. Nesse jogo de forças políticas surgem diferentes formulações e suas respectivas práticas: políticas editoriais; divulgação de produção intelectual em jornais; concepções político-pedagógicas envolvendo a disseminação de novas possibilidades de se pensar o país; formação de novos quadros etc.

Nesse contexto, mais precisamente em 1953, ano anterior ao suicídio do então Presidente Getúlio Vargas, um desses grupos, uma composição de intelectuais radicados no Rio de Janeiro e fundamentalmente apoiados nos saberes das ciên-

---

<sup>14</sup> O conceito de “intelectual” aqui adotado se baseia em Gramsci e será devidamente explicitado mais adiante no corpo do texto.

cias sociais, começa a se organizar num instituto voltado a estudos sobre a realidade brasileira. Nas palavras de Sodré:

Foi no início de 1954, ano crítico, como se comprovou adiante, que conheci o professor Alberto Guerreiro Ramos, que trabalhava na Comissão Nacional do Bem-Estar Social e lecionava na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas. Contou-me ele, então, que um grupo de intelectuais, que englobava alguns assessores do Governo Vargas, decidira conjugar esforços para organizar um instituto que se especializaria no estudo, na pesquisa e no planejamento de tudo o que se relacionasse com a realidade brasileira. Convidou-me a integrar esse grupo e participar de suas atividades. Encomendou-me, desde logo, dois trabalhos. O grupo mantinha, então, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, IBESP, indicando como sede a rua Ouvidor, 50, 11º andar, vim a saber depois ser o escritório de advocacia de Hélio Jaguaribe e Reinaldo Reis. O IBESP dava cursos, utilizando o auditório do Ministério da Educação. (Sodré, 1978; p. 8-9; grifos meus)

Já, Caio Navarro de Toledo, complementando as origens do ISEB, registra o seguinte:

Por volta de 1953, um grupo de intelectuais radicados no Rio de Janeiro busca convencer o Ministro da Educação, Cândido Mota Filho (homem de idéias liberais, conforme assinala a crônica política), da necessidade do Governo constituir um grupo que o assessorasse em todas aquelas tarefas e matérias que o moderno Estado capitalista é hoje incumbido de realizar. Reuniões diversas do chamado “Grupo de Itatiaia” procuram concretizar tal projeto. Propõe-se a criação de um Instituto de Estudos e Pesquisas, diretamente vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (Toledo, 1982; p. 184)

O surgimento do IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, órgão que posteriormente dá origem ao ISEB, resulta, assim, do desafio de estudar a realidade do país e as mudanças que se anunciavam para o Estado brasileiro, somado ao fornecimento de um assessoramento informal ao governo. Para o IBESP, a idéia de analisar a realidade do país, tendo em vista uma posterior influência nos encaminhamentos políticos, acabou evoluindo positivamente, fazendo com que o próprio IBESP formulasse o projeto de criação de um órgão estatal, o ISEB. Vale assinalar que a despeito do IBESP se constituir numa organização da sociedade civil, os textos reproduzidos nos apontam um significativo apoio “público” (do então Estado brasileiro) à iniciativa “privada” desses intelectu-

ais; o fato de o IBESP utilizar as instalações do MEC para ministrar seus cursos, assim como o fato de alguns membros desse grupo serem assessores do Governo Vargas evidenciam uma relação “de apoio” a ser melhor investigada.

Conhecido como “Grupo de Itatiaia” (devido ao fato de as reuniões terem inicialmente acontecido em Itatiaia), o IBESP era, segundo Sodré, um “grupo organizado, forte pelas funções exercidas por alguns de seus componentes e pela assessoria que forneciam (...) e que começavam a ocupar lugar no espaço, e particularmente no espaço político” (Sodré, 1978). Unidos sob a liderança de Hélio Jaguaribe – principal articulador e mentor do grupo – também compunham o grupo Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier.

Com a crise de agosto de 1954, deflagrada pelo suicídio de Vargas, o IBESP correu o risco de perder o espaço político até então conquistado<sup>15</sup>. Sodré nos diz que, “quando a crise que culminaria no suicídio do Presidente se agravou, trataram de aproximar-se dos elementos militares nacionalistas” (Sodré, 1978), estratégia que acabou evitando sua extinção naquele momento.

Mas, somente a garantia e continuidade de existência do Instituto já não bastava para concretizar o projeto do ISEB o qual já vinha sendo desejado e concebido pelo grupo. Em se tratando de intelectuais que tinham alguma notoriedade e influência política, e que, de forma consciente e deliberadamente, almejaram organizar uma instituição de projeção nacional – formal e juridicamente definida –, não surpreende o fato de o então provisório Presidente Café Filho criar em 14 de julho de 1955 – significativamente a data da “Queda da Bastilha”, marco da “Revolução Francesa” – o que se institucionalizou com o nome de ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Com sua criação, surgem os primeiros documentos oficiais da instituição. A totalidade da história da instituição, expressa nos quatro registros jurídicos que conduziram suas transformações e mudanças de rumo, apontam as primeiras pistas para o encaminhamento da análise pretendida.

---

<sup>15</sup> O espaço até então conquistado junto à sociedade pode ser atribuído a diferentes iniciativas : o espaço político que vinha sendo ocupado por alguns de seus quadros; os cursos que vinham sendo disponibilizados no auditório do prédio do MEC; a publicação da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, que divulgava textos do próprio grupo e de colaboradores convidados.

- 1) o DL nº 37.608 de 14 de julho de 1955, que “Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências” (LEX, 1955; p. 232-3; grifos meus);
- 2) o Regulamento Geral do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, de 06 de outubro de 1955, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (LEX/Marginália, 1955; p. 241-4; grifos meus);
- 3) o DL nº 41.500 de 15 de maio de 1957, que “Altera a redação do art. 10 do Decreto nº 37.608 de 14 de julho de 1955, que institui no Ministério da Educação e Cultura o Instituto Superior de Estudos Brasileiros” (LEX, 1955; p. 368; grifos meus);
- 4) e, o DL nº 45.811 de 15 de abril de 1959, que “Dá nova organização ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituídos no Ministério da Educação e Cultura pelo DL nº 37.608 (...), modificado pelo DL nº 41.500 (...), dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências” (LEX, 1959; p. 101-2; grifos meus).

No Decreto Lei de sua criação (DL nº 37.608), destaca-se tanto o fato de o ISEB ter sido instituído através de uma vinculação com o Ministério da Educação e Cultura, quanto o de ser definido como “um curso de altos estudos sociais e políticos”. Apesar da denominação de “Instituto”, o ISEB é concebido como um “curso” e se constituiu como um órgão vinculado ao MEC, aspectos que confirmam uma natureza educativa e pedagógica apoiada numa prática docente (“curso”) que articula ensino e pesquisa.

No Artigo 1º e 2º, esses aspectos são confirmados:

Art. 1º - É instituído no MEC, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, sob a denominação de Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dotado, para a realização de seus fins, e na forma deste decreto, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. (LEX, 1955; p. 232; grifo meu)

Além de confirmar a natureza educativa do Instituto, destaca-se o fato de o ISEB se constituir num curso permanente (de altos estudos políticos e sociais) diretamente ligado ao Ministro da Educação e voltado para o nível pós-universitário, ao invés de se constituir numa instituição acadêmica nos moldes mais tradicionais, tal como uma universidade.

Já, o Artigo 2º aponta os fins do ISEB:

Art. 2º - O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade

brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (LEX, 1955; p. 232; grifo meu)

Através de uma leitura mais atenta, constatamos que as finalidades do ISEB se desdobram em dois níveis complementares: uma primeira, de cunho eminentemente educativo, voltada ao estudo, ao ensino e à divulgação de quatro áreas das ciências sociais - a sociologia, a história, a economia e a política; e uma segunda finalidade voltada à aplicação dos instrumentos das ciências sociais na análise e compreensão crítica da realidade brasileira, que em última instância, estariam voltados à promoção do desenvolvimento nacional. Ou seja, uma finalidade de cunho educativo a serviço de uma outra finalidade, esta, mais especificamente de cunho político.

Para dar conta das finalidades, apontadas no Art. 2º, são apresentadas no Art. 3º, as competências do ISEB:

Art. 3º - Para os fins a que se refere o art. 2º deste decreto, compete ao ISEB:

- I – Empreender estudos e pesquisas
- II – Realizar cursos e conferências
- III – Editar publicações periódicas e obras, originais ou traduzidas
- IV – Promover concursos e conferir prêmios e bolsas de estudo
- V – Divulgar, por todos os meios adequados, os estudos e trabalhos, próprios ou de terceiros, que atendam à sua finalidade (LEX, 1955; p. 232; grifo meu)

A ênfase em atividades de estudos, pesquisas, cursos e conferências se articulava a outras questões: uma política editorial; uma política de fomento da formação de recursos humanos; e finalmente uma política de divulgação. Um conjunto de ações que evidencia uma clara concentração de esforços nas questões de cunho educativo.

Curioso é perceber que no documento que apresenta o “Regulamento Geral” do ISEB, de 06 de outubro de 1955 (três meses após sua criação), publicado pelo Ministério da Educação e Cultura, a instituição é descrita de uma outra maneira. No Capítulo I - “Da finalidade”, o ISEB aparece descrito como “um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário...”. Ainda nesse documento, aparecem outros níveis de descrição do Instituto: capítulo II - “Da Organização”, descrevendo os três órgãos do instituto (Conselho Consultivo

– 50 membros; Conselho Curador – 8 membros; e Diretoria Executiva); capítulo III - “Da Competência dos Órgãos”; e capítulo IV - “Das Disposições Gerais”.

Em se tratando do DL nº 41.500 de 15 de maio de 1957, o documento denominado “Relatório do ISEB”, sem data, faz o seguinte registro a respeito:

### **Projeto criando o ISEB por Lei**

Pelo Senhor Presidente da República foi encaminhada ao Congresso, em 21 de maio de 1957, acompanhada de projeto de lei, mensagem propondo a transformação do ISEB, criado como órgão provisório, em órgão permanente deste Ministério, com autonomia administrativa, financeira e técnica. (Relatório do ISEB, 1963).

Destaca-se nessa citação certo ineditismo relacionado com o fato de o ISEB ter sido criado como órgão provisório e somente em 1957 ter se estabelecido como órgão permanente do MEC. Desses registros históricos, um determinado acontecimento merece um tratamento diferenciado – trata-se da crise interna de 1959. O verbete sobre o ISEB no *Dicionário Historiográfico da FGV*, nos informa que essa crise tem os seguintes desdobramentos.

A polêmica levantada em torno das idéias apresentadas na obra de Jaguaribe centrava-se fundamentalmente na análise da política do petróleo e da política de capitais estrangeiros, em que o autor deixava clara sua posição favorável à exploração do setor petroquímico pelas empresas privadas. Por outro lado, Jaguaribe considerava vantajosa para o Brasil uma política de investimentos estrangeiros, que permitiria solucionar o problema da falta de capitais e de técnica. Entre os grupos que lhe foram contrários, essas idéias foram consideradas incompatíveis com a posição nacionalista que orientava o ISEB. (...) Assim, pelo Decreto nº 45.811 de 15 de abril de 1959, foi alterada a estrutura do ISEB, sendo extinto o conselho consultivo e passando o conselho curador a ter atribuições de caráter fiscal. Foi vedado aos membros desse conselho exercer cumulativamente a função de professor responsável pelos departamentos culturais, medida essa que atingiu Jaguaribe, professor de ciência política. Pelo mesmo decreto foi ainda criada uma congregação composta dos professores responsáveis pelos departamentos culturais, encarregada da supervisão das atividades docentes do instituto. Foram também instituídos os serviços de estudo e pesquisas, de cursos e conferências e de publicações e divulgação. (Abreu e Flaksman, 2002; grifos meus)

Trata-se, portanto, de uma crise que resulta em mudanças as quais, segundo seus membros, se faziam necessárias diante das novas conjunturas e relações de força, presentes na realidade brasileira; efetivamente o ISEB teve sua área de

ação estendida a um público mais amplo. Se até então o objetivo do ISEB era levar suas idéias à burocracia civil e militar, após 1959, seus cursos passaram a destinar-se aos estudantes, aos sindicatos e a grupos já identificados com a ideologia nacionalista. (Abreu e Flaksman, 2002).

Sobre o desenvolvimento da historiografia desenvolvida sobre o ISEB, não obstante ser descrito como um “grupo de intelectuais” vinculados às ciências sociais, o ISEB tem sido pouco estudado pelos cientistas sociais brasileiros. Dentre os trabalhos dedicados ao aprofundamento do tema, destacam-se o da cientista política, Alzira Abreu, de 1975, intitulado *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur L’ISEB*, e o do filósofo, Caio Navarro de Toledo, originalmente de 1978, intitulado *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Enquanto o estudo de Alzira Abreu se propõe a desenvolver uma reflexão sobre a ação política do grupo do ISEB, o de Caio Navarro se propõe a analisar criticamente parte da sua produção teórica.

Diante das análises existentes, pude confirmar a necessidade e a importância de se compreender outras dimensões presentes numa instituição como o ISEB. A primeira necessidade de compreensão voltava-se ao entendimento das condições objetivas que efetivamente viabilizaram o surgimento desse grupo de intelectuais, vinculado ao Estado, que se colocou diante de dois desafios: 1) “entender”, através das ciências sociais, os problemas e a crise brasileira; e 2) conceber, construir e divulgar um projeto ideológico que possibilitasse a geração de soluções viáveis para o Brasil.

Norberto Bobbio nos coloca diante de duas questões importantes e necessárias ao entendimento desse tipo de estratégia no Brasil dos anos 50: a existência do intelectual e a questão do poder ideológico por ele exercido no conjunto da organização social. Nas palavras de Bobbio:

Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante). (Bobbio, 1997; p. 11; grifos meus)

Através dessa afirmação evidencia-se a importância dos fatos da cultura, da visão de mundo e das idéias no efetivo desenvolvimento das sociedades, aspectos diretamente relacionadas com a função dos intelectuais na dinâmica da sociedade civil e do Estado. Mas, a questão que se coloca a seguir é: de que maneira essa importância se materializou, e como ela pode ser percebida e avaliada?

Num determinado contexto de país - no nosso caso a realidade brasileira, mais especificamente o momento de existência do ISEB, o entendimento da dinâmica e do movimento desse poder ideológico se expressa na maneira como a organização cultural foi encaminhada, na maneira como se organizou a “produção e transmissão das idéias, de símbolos, de visão de mundo”. Compreender as transformações do universo ideológico pressupõe o entendimento histórico das organizações culturais e educativas, através das quais as idéias e seus intelectuais se movimentam, se dinamizam e materializam seus projetos ideológicos.

## **2.4** **Intelectuais E ação (política) / Intelectuais EM ação (política)**

Desse entendimento ampliado da função política dos intelectuais, articulado ao papel das dimensões ideológicas no funcionamento das sociedades modernas surgiu a necessária apropriação do conceito da “*intelligentsia*”, fenômeno cunhado na história da Rússia no século XIX, detentor de uma natureza transitória e ideológica, que acaba influenciando de diferentes maneiras o desfecho revolucionário daquele contexto. Segundo Martins (1987), qualquer reflexão que tangencia as relações entre os intelectuais e a política exige a discussão da noção de “*intelligentsia*”. Como veremos, o contexto de transição que caracteriza a sociedade russa no século XIX e o papel desempenhado pela *intelligentsia* russa nos ajudarão a perceber aspectos importantes do fenômeno isebiano inserido na nossa realidade brasileira dos anos de 1950 e 1960.

Até meados do século XIX, a Rússia se constituía numa sociedade de servos camponeses, mais ou menos à disposição de uma nobreza relativamente reduzida, com uma pequena camada intermediária de funcionários governamentais, comerciantes e uma reduzida população de cidades esparsas em seu vasto território. No final do século XIX, enormes empresas haviam sido criadas nos setores

metalúrgicos, de extração mineral e, particularmente, têxtil. A imensidão do país havia sido em parte neutralizada por uma rede ferroviária, a servidão camponesa havia desaparecido, e havia surgido uma vigorosa classe média e uma classe operária fabril.

Em torno de 1857, tendo em vista novas possibilidades de acesso às universidades por parte das massas menos favorecidas, dá-se o surgimento da *intelligentsia*; um grupo de intelectuais advindos de diferentes origens sociais que começa a defender a importância das idéias e das reflexões e passa a se articular em torno de um singular ideário que tanto denunciava as contradições da realidade, quanto defendia uma nova possibilidade de organização social e política. No encaminhamento das transformações em curso naquele momento, a *intelligentsia* se caracterizou por ter sido um fenômeno transitório, contudo de forte cunho ideológico e de suma importância no desfecho revolucionário de 1917. Seu gradual desaparecimento se dá com a elevação geral do nível cultural e com a difusão cada vez mais ramificada do espírito de liberdade na Rússia (Naville, 1975; p. 157).

Dentre o conjunto de questões vinculadas ao fenômeno da *intelligentsia* russa, algumas serão comentadas tendo em vista o aprofundamento da função política do intelectual nas sociedades em transformação. É importante ressaltar que, tendo sido objeto de ampla literatura, a *intelligentsia* russa se constituiu em um paradigma teórico para se pensar o novo papel dos intelectuais nas sociedades modernas. Em se tratando de um fenômeno que se dá num momento de transição de uma sociedade rural e agrária para um modelo de sociedade industrializada na Rússia, a *intelligentsia* assume como visão de mundo o primado das idéias, acreditando que a realidade material do mundo possa ser modelada pela estrutura de algum ideal.

O grupo de intelectuais que compõem a *intelligentsia* passa a ser a referência ideológica dessa transição, que demanda um intelectual de novo tipo, empenhado no desenvolvimento cultural e na difusão do processo de racionalização a ser assimilado tanto pelo Estado quanto pelas massas. A melhoria de vida da sociedade em todos os níveis – políticos, econômicos e sociais – estaria diretamente associada à difusão e ao uso do pensamento científico. Se contrapondo ao ritmo e às estratégias adotadas pelo Estado, caberia aos intelectuais papel determinante nesse processo, fosse assessorando as novas funções do Estado, fosse na condução

das massas (camponeses e proletários), fosse fornecendo instrumental de organização para a sociedade civil.

Assim sendo, a existência da *intelligentsia* se encontra diretamente articulada ao gradativo processo de racionalização vivenciado por uma sociedade em transição. Na medida em que a industrialização, a urbanização e a democracia política se apóiam numa lógica racional, esses processos desencadeiam uma secularização, ou seja, as tradições e os conhecimentos religiosos entram em declínio, sendo gradativamente substituídos pela valorização dos conhecimentos científicos e pela importância das atividades intelectuais. Podemos pontuar que, nesse contexto, a conjugação de “quantidade e qualidade” das instituições universitárias torna-se o parâmetro do grau de desenvolvimento de uma sociedade.

Articulada à questão inicial da transição produtiva da sociedade, Besançon sintetiza as precondições que teriam possibilitado o surgimento e a existência da *intelligentsia* russa: as novas possibilidades de acesso às universidades; a incapacidade da sociedade civil russa de impor a seus jovens seus próprios valores (até porque, possivelmente, tratava-se de uma sociedade civil em construção); o encaminhamento de uma sociedade que, ao passar a ser instruída europeicamente, desenvolve um outro tipo de consciência e passa a se manifestar contra as injustiças sociais e legais; e, finalmente, a determinante presença de uma ideologia que se apresenta com uma tripla função (Besançon, 1977).

A primeira função da ideologia é definir os contornos da *intelligentsia*, gerando uma “alienação” ou um certo isolamento social desse grupo de intelectuais; um isolamento que se apóia no princípio de coesão e pertencimento, de cunho puramente intelectual que acaba gerando uma dessocialização dos componentes do grupo (o aspecto de pertencimento supera as diferenças existentes a partir das origens sociais). A segunda função da ideologia é afirmar sua coerência, é afirmar o grupo diante do Estado; a ideologia gerada pela *intelligentsia* russa possibilita a definição de um programa e de princípios, mas impõe um combate político com o Estado russo. E, finalmente, a função mais importante da ideologia é a de proteger a identidade da *intelligentsia* em relação à sociedade civil. Dessa forma, a *intelligentsia* se aproxima de um sentido próximo de um sacerdócio, de uma missão maior. Complementando, Besançon afirma que a ideologia não é produto da *intelligentsia* – contrariamente, é a existência de uma ideologia que produz a *intelligentsia*.

Vale destacar que a principal característica da *intelligentsia* é a sua consciência; a *intelligentsia* desenvolve e coloca em ação uma consciência própria, uma capacidade dialética de perceber e pensar o real e de pensar em si própria; uma consciência moral, pois luta pelo bem e contra uma injustiça histórica. O desenvolvimento dessa consciência foi o ponto de partida de toda uma nova maneira de se colocar diante da realidade vivida. Nas palavras de Besançon,

...a *intelligentsia* é a consciência da Rússia. Consciência no sentido hegeliano, como parte do corpo social capaz de pensar o real, e de pensar a si próprio. Consciência moral, na medida em que assim sendo lutava pelo bem e contra uma injustiça de fundo. A história da *intelligentsia* se confunde com a história do pensamento “social”. (Besançon, 1977; p. 38)

Outra dimensão a ser levada em conta é o fato de que o encaminhamento ideológico desenvolvido pela *intelligentsia* não teve expressão direta na dinâmica real vivenciada pela sociedade russa. Suas estratégias de atuação não se adequavam nem interferiam na solidez e continuidade do contexto político em curso, ou seja, o ideário da *intelligentsia* na Rússia não era visto de forma ameaçadora pelo Estado.

Mas, o fato é que, na Rússia, o apelo às classes populares, ao povo camponês e à classe urbana foi sutil e perigoso, porque essas classes foram, bem antes do início do processo revolucionário, trabalhadas e talvez organizadas pela *intelligentsia*, e conduzidas por ela contra a sociedade civil e contra o Estado. Nesse sentido, a despeito de uma interferência vista muitas vezes como “limitada e não ameaçadora”, foi a *intelligentsia* que acabou fornecendo:

a bagagem ideológica, as armas espirituais, e ainda os combatentes iniciais, os terroristas armados, os agitadores, os propagandistas. Ela deu forma espiritual às aspirações instintivas das massas, as inflamou de seu entusiasmo, foi o sistema nervoso e o cérebro do corpo gigantesco da revolução. Nesse sentido, a revolução é a criança espiritual da *intelligentsia* e por conseqüência sua história se confunde com o destino histórico da *intelligentsia*. (Besançon, 1977, p. 47)

Considerando-se esses aspectos sobre o fenômeno da *intelligentsia* russa, destaca-se que, assim como o entendimento desse fenômeno da *intelligentsia* pressupõe uma resumida abordagem do contexto da sociedade russa no século XIX, da mesma maneira é inviável olhar o fenômeno isebiano sem nos apoiarmos

numa mínima compreensão sobre o contexto da sociedade brasileira nos anos 50/60. Numa descrição sucinta, Ianni nos informa que:

Durante a época do populismo (1945-1964), as características principais da sociedade brasileira mudam bastante, às vezes radicalmente. A “economia primária exportadora” é sobrepujada pela “industrialização substitutiva de importações”. Forma-se um sistema econômico no qual sobressaem as associações e as divergências entre três “setores produtivos”: o privado nacional, o estrangeiro e o estatal. Simultaneamente, verifica-se uma forte presença do Estado no conjunto da economia. A sociedade também se modifica bastante. Recriam-se as desigualdades regionais. Ressurgem movimentos sociais de índios e negros, bem como de camponeses e operários, além de outros setores do povo. Desenvolvem-se as classes sociais e os seus antagonismos. A questão social é colocada em outros termos, compreendendo antigas e novas lutas, na cidade e no campo. (Ianni, 1991; p. 7)

Podemos constatar que, tal como a sociedade russa do século XIX, a realidade brasileira nos anos de surgimento e existência do ISEB também se caracterizava por transições econômicas que interferiam diretamente no encaminhamento político e social do país. Há indícios de que esse contexto, marcado por transições, contempla os determinantes do ISEB e efetivamente propicia seu surgimento – o surgimento de um fenômeno também transitório, de cunho ideológico, mas que, ao contrário da influência gerada pela *intelligentsia* russa, acabou sendo dizimado pelos acontecimentos de 1964.

Utilizando a *intelligentsia* como paradigma teórico, parto do pressuposto de que o fenômeno do ISEB é a expressão do novo papel (político) dos intelectuais numa sociedade brasileira fortemente marcada pelas transformações das suas bases materiais. Mas, qual era exatamente esse novo papel dos intelectuais na realidade brasileira? Em que consistia essa nova atuação? Qual o significado desse novo papel; e como se caracterizava o projeto educacional que se encontrava inserido no amplo projeto ideológico nacional-desenvolvimentista?

Em se tratando de compreender um grupo de intelectuais que optou por encaminhar seu projeto ideológico no âmbito de uma atuação política concreta, faz-se necessário buscar uma compreensão da função do intelectual e da relação entre os intelectuais e a classe política, temas que, no século XX, foram objetos de reflexão de diferentes autores. Curiosamente, a maior parte das reflexões sobre essa temática, envolvendo a nova função dos intelectuais nas sociedades, situa-se no pós 1ª Guerra Mundial (em torno da década de 1920), e todos os autores con-

sultados fazem referência a duas precondições inicialmente colocadas para o entendimento da questão: 1) a concreta institucionalização (formal ou não) dos intelectuais como grupo homogêneo e diferenciado na sociedade;

2) e, o reconhecimento e a constatação da existência de um problema vivo e urgente a ser enfrentado através das relações desses intelectuais com a vida política.

Sobre os intelectuais, Bobbio pontua:

Os [diferentes] posicionamentos [dos autores] (...) podem ser esquematicamente definidos do seguinte modo: 1) o intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual (**Benda, 1927**); 2) a tarefa do intelectual é teórica mas também mediatamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas (**Mannheim, 1929**); 3) a tarefa do intelectual é teórica mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas (**Ortega, 1930**); 4) a tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é a ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada aos tempos de crise (**Croce, 1925**). (Bobbio, 1997; p. 34; datas e grifos meus)

Dentre esses autores, alguns são diretamente citados em textos isebianos, mais especificamente Mannheim e Ortega, o que nos leva a investigar o grau de influência que suas idéias tiveram no grupo<sup>16</sup>. Em se tratando de dois autores que apresentam colocações passíveis de se complementarem, poderíamos inicialmente afirmar que o grupo de intelectuais isebianos se percebiam diante de uma função teórica específica, apoiada nas ciências sociais e voltada à concepção de uma ideologia que tinha por objetivo encaminhar novas orientações políticas.

Mas, além de Bobbio, Gramsci também nos deixa o registro de um rico e complexo pensamento sobre os intelectuais. Numa rápida constatação, os isebianos, segundo Gramsci, podem ser considerados um grupo de intelectuais do tipo “doutrinário”, na medida em que representava não só interesses imediatos mas também aqueles interesses futuros voltados à organizar, educar e dirigir uma força política correspondente, de acordo com as “condições já existentes ou prestes a aparecer” (Gramsci, 2000, v. 3; p. 275). Tal como nos autores anteriormente citados, Gramsci também levanta a questão da autonomia dos intelectuais mas a problematiza; para Gramsci os intelectuais de uma sociedade fazem parte de um determinado grupo social dessa sociedade. Ou seja, “todo grupo social (...) nascendo

<sup>16</sup> Essa influência será aprofundada no capítulo seguinte que irá trabalhar sobre uma reflexão de Paiva.

de uma função no mundo da produção econômica, cria para si (...) organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função” (Gramsci, 2000; v. 2; p. 16). E, cita exemplos: o empresário capitalista que detém uma certa capacidade dirigente, técnica e, portanto, intelectual, (e que acaba criando consigo, num outro nível, o técnico da indústria) se constitui um intelectual orgânico de seu grupo social, de sua classe.

Dessa maneira não existe nas sociedades em geral um grupo de intelectuais genérico, não orgânico, que não pertença a nenhum grupo social; é importante assinalar que a questão da autonomia dos intelectuais se dá dentro de um determinado grupo social. Nesse sentido, os isebianos seriam os intelectuais orgânicos de uma classe dominante no Brasil; intelectuais que apresentavam uma ideologia de consenso a ser compartilhada por uma classe dividida pela presença de distintas visões de mundo. Intelectuais que diante das transformações, ou mesmo diante da crise econômica e política em curso na sociedade brasileira, concebem e dão materialidade a uma nova direção ideológica, voltada a uma retomada “autônoma” e nacionalista do desenvolvimento do país.

Ainda de Gramsci é o critério de distinção do que seja um intelectual; quando afirma que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 2000), Gramsci evidencia que a distinção de um intelectual é sua função na sociedade, ou seja, seu trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais, e não somente o conjunto de suas atividades intelectuais. Evidencia-se uma diferença entre o exercício de atividades intelectuais e o exercício de funções intelectuais. Em se tratando do ISEB, em seu decreto de criação (DL nº 37.608 de 1955), o Artigo 2º registra que:

O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, (...) especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (LEX, 1955; p. 232)

Não restam dúvidas de que o ISEB é efetivamente constituído por um grupo de intelectuais, no sentido gramsciniano. Mais que o exercício de atividades intelectuais, sua finalidade está diretamente voltada para o exercício de “funções intelectuais” que, segundo Gramsci, são funções diretivas e organizativas, isto é,

são funções educativas tais como: aplicação das categorias à análise e à compreensão crítica da realidade; elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional etc. A confirmação do desempenho de “funções intelectuais” são constatadas na preocupação e no ideário de práticas educativas centradas no estudo, ensino e divulgação, diretamente relacionadas com a formação dos novos intelectuais e de novos quadros nacionais. Uma questão que nos coloca diante de um projeto de desenvolvimento que pressupõe a formação do intelectual na sociedade brasileira, como veremos a seguir.